



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

30 DE SETEMBRO DE 2024

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços do Concelho
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:30 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	17:00 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	Avelino José Marques dos Santos
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início à sessão, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do n.º 1 do art.º 30 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 30 de setembro de 2024 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

//

Período Antes da Ordem do Dia

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, cumprimentou todos os presentes e disse que na página 4 do documento está escrito “ O deputado do PS, Pedro Carvalho” e deveria estar “ O deputado do PSD, Pedro Carvalho”, sugerindo que fosse corrigido.

“Apreciação da Ata da Sessão Ordinária do dia 27/06/2024”

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>18</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>18</i>

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a ata em apreço.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre o 42º Colóquio Nacional da ATAM, de 24 a 26 de outubro, em Braga;

Capacitar - Academia de Formação:

- Envia informação sobre a Formação On-line - Submissão de contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, dia 8 de julho 2024;

ANAM:

- Informa que na semana de 1 a 8 de julho - Semana ANAM - os associados podem beneficiar de 30% de desconto em todas as publicações da Sílabo;

Equipa do Observatório Autárquico CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis:

- Remete informação sobre a transmissão em direto do Seminário Anual CESOP-Local para o Desenvolvimento Sustentável "A Democracia como Eixo de um Futuro Sustentável, dia 4 julho, na Sede da Universidade Católica;

Associação A2000:

- Envia Convite para participar no II Sunset Solidário (A2000), dia 13 de julho, no Museu do Douro;

ANAM:

- Envia para conhecimento o Catálogo de projetos e Iniciativas para as Autarquias. Fundação Mário Soares;

ATAM:

- Envia link da entrevista da primeira série do programa da ATAM - Histórias de Vida do Poder Local, com Ricardo Reis, autarca de Braga.

Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira:

- Remete para conhecimento a Moção-Crise do Douro;

Câmara Municipal de Murça:

- Envia convite para a apresentação do documentário sobre as escavações arqueológicas que estão a decorrer no Crasto das Curvas de Murça, Cadaval-Fiolhoso, no dia 26 julho, pelas 21h30, no Parque Urbano de Murça;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia link com o Programa e o Formulário de Inscrição do 42º Colóquio Nacional da ATAM, de 24 a 26 de outubro, em Braga;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre o 3º Encontro Nacional de Dirigentes Autárquicos – 28 de setembro 2024 – Pombal;

Capacitar – Academia de Formação:

- Envia informação sobre a Formação On-line – orçamento e Outros Documentos Previsionais no âmbito do SNC-AP, dia 19 de setembro;

ANAM:

- Envia informação sobre a abertura de Candidaturas a Projetos de Investimentos e Incentivos Comunitários e Nacionais;

ATAM:

- Remete informação sobre formação – Reforma e Simplificação dos Licenciamentos, no âmbito do RJUE;

ATAM:

- Remete para conhecimento o Calendário de Formação – 2º semestre 2024;

Câmara Municipal de Murça:

- Envia convite para a apresentação do projeto “caminho Português de Santiago de Leon de Rosmihal”, no próximo dia 22, 16 horas, na Igreja Matriz de Murça;

ATAM:

- Remete informação sobre Formação autárquica *online* – Escrita Criativa;

Pedro Carvalho:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 30/09/2024;

Eduardo Pinheiro:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 30/09/2024;

Capacitar – Academia de Formação:

- Envia informação sobre Formação *online* “Critérios Ambientais na Contratação Pública”;

Comissão de Festas de Sobredo:

- Envia convite para participar na Festa das Vindimas, dia 29 de setembro, em Sobredo;

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Remete justificação pela ausência à sessão de 30/09/2024 e delega a presença no Tesoureiro da junta, Sr. Alexandre Nunes Faria;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 30/09/2024;

ANAM:

- Remete para conhecimento a Portaria nº 185/2024/1, de 14 de agosto;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 30/09/2024;

Grupo Parlamentar do PSD:

- Remete Voto de Pesar para ser apreciado na próxima sessão ordinária da AMM, agendado para 30/09/2024;

Grupo Parlamentar do PS:

- Remete dois Votos de Pesar para serem apreciados na próxima sessão ordinária da AMM, agendada para 30/09/2024;

//

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura de um Voto de Pesar, que se transcreve:

“VOTO DE PESAR

PELAS VÍTIMAS DOS FOGOS FLORESTAIS

Entre os dias 15 e 20 de setembro, deflagraram em Portugal múltiplos incêndios, com especial incidência nas regiões norte e centro. O fogo lavrou em largas extensões de terreno florestal, mas também entrou em diversas povoações, destruindo dezenas de casas, inúmeras estradas foram cortadas, enquanto os bombeiros tentaram minorar os danos, evitar vítimas e conter o crescimento das chamas.

Sete pessoas perderam a vida, entre os quais quatro bombeiros e três civis que morreram heroicamente enquanto combatiam os fogos.

A Bancada Parlamentar do Partido Social democrata manifesta o seu pesar por esta situação calamitosa e lamenta profundamente todos os danos pessoais e patrimoniais causados pelos incêndios. Apresenta, em particular, as suas mais sentidas condolências às famílias e aos amigos de todas as vítimas mortais e votos de rápidas melhoras aos que ainda se encontram internados. Apresenta, ao mesmo tempo, um agradecimento e uma homenagem a todos os que se empenharam pessoalmente no combate às chamas, especialmente as corporações de bombeiros e as autoridades locais.

Murça, 27 de setembro de 2024

A Bancada do Partido Social Democrata de Murça”

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes e leu em nome da sua bancada parlamentar dois Votos de Pesar, que se transcrevem:

“VOTO DE PESAR

No corrente mês de setembro, Portugal foi novamente assolado por incêndios de enorme dimensão e com consequências trágicas na paisagem, no ambiente, na agricultura, no património e nos meios de subsistência de muitos concidadãos. Pior do que isso: fez sete vítimas mortais, quatro bombeiros e três civis. Tendo Murça vivido, há tão pouco tempo, um fenómeno idêntico, com marcas profundas deixadas no nosso território, causam-nos viva comoção as imagens da devastação e da luta desigual de cidadãos, bombeiros e outros agentes de proteção civil contra este inimigo terrível.

Às famílias enlutadas, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça endereça as mais profundas condolências. Às corporações de Bombeiros de São Mamede de Infesta e de Vila Nova da Oliveira manifestamos a nossa solidariedade pela perda de João Silva, Sónia Melo, Susana Carvalho e Paulo Santos e deixamos uma palavra de gratidão a todos aqueles que abraçam uma missão no teatro de operações com a consciência de que podem não regressar dela para junto dos seus colegas e das suas famílias.

Pelo acima exposto, propomos a votação deste voto de pesar, convidando a que a ele se associem todos os membros deste órgão municipal.

Murça, 30 de setembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça”

“VOTO DE PESAR

No passado dia 30 de agosto, um helicóptero onde seguiam um piloto e cinco militares da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da GNR regressava do combate a um incêndio florestal na localidade de Baião, tendo-se despenhado no rio Douro, em Peso da Régua, provocando a morte aos cinco militares, com idades entre os 29 e os 45 anos. Este trágico acontecimento demonstra como homens e mulheres arriscam diariamente as suas vidas na proteção de pessoas e bens.

A Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça manifesta profundo pesar pelo falecimento em missão destes militares, endereçando às suas famílias e à Guarda Nacional Republicana as mais sentidas condolências.

Murça, 30 de setembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça”

O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, esclareceu que, conforme sugerido estes três votos de pesar são votados em simultâneo.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Votos de Pesar apresentados.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O deputado do PS, André Lage, saudou todos os presentes e colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Questionou, uma vez mais, se já existe alguma comunicação por parte da AdIN, relativamente ao laboratório sobre o qual recaem algumas suspeitas. Insiste saber se essa entidade, algum dia, trabalhou ou não com a AdIN na monitorização da qualidade da água. Referiu que na última sessão o senhor Presidente disse que já tinha solicitado à AdIN esse esclarecimento e perguntou se já recebeu alguma resposta. A empresa Lankehorst, implantada na Zona Industrial de Palheiros – Murça, é um dos empregadores privados mais relevantes no nosso Concelho, com cerca de 40 postos de trabalho, e a maior unidade instalada naquela infraestrutura, de onde depende a subsistência de várias famílias, uma boa parte provenientes da União de Freguesias de Noura e Palheiros. Há vários rumores quanto ao encerramento desta unidade ou à diminuição da sua laboração, afligindo, como é compreensível, os seus funcionários que os têm procurado e interpolado, sobre essa situação. O que é que o Município sabe e o que podemos fazer quanto a isso. Os senhores Vereadores do partido Socialista também já manifestaram essa preocupação, em reunião do executivo Municipal. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que lhes pode dizer sobre isso, se já efetuou alguma diligência se é que, naturalmente, é algo que o inquieta. Também quanto às situações de incumprimento dos prazos do Regulamento do Parque Industrial de Murça – Palheiros, no que se refere ao início do investimento e ou, ao pedido de licenciamento, em números de lotes, perguntou se há alguma evolução quanto a este processo, já aqui também por nós levantada esta situação. Relativamente ao Auditório Municipal e o seu encerramento, disse que gostaria de perceber se existe algum relatório técnico que identifique as deficiências ali detetadas e que resultaram no fecho de portas e as soluções possíveis. Lembra que, também com o encerramento do Centro Interpretativo do Crasto de Palheiros, são já dois os equipamentos dedicados à cultura que se encontram desativados. Recorda que, a fruição e a criação cultural não são um luxo nem são algo supérfluo, é algo que está, inclusive, consagrado na Constituição da República Portuguesa e apesar de algumas iniciativas meritórias no âmbito dos 800 anos da atribuição do Foral a Murça e dos 50 anos do 25 de Abril, considera o Partido Socialista que a oferta na área da cultura ainda está aquém

daquilo que seria desejado. Consideram ainda, que a ausência de um auditório é algo que acrescenta um grande constrangimento às iniciativas que se podem e devem implementar. Felicitou as entidades envolvidas na investigação arqueológica no Castro de Cadaval, no consórcio que junta o Município, a Universidade do Porto, a empresa de arqueologia Dryas, Escola Profissional de Murça e o financiamento da Fundação La Caixa, que resultou num interessante documentário exibido no passado mês de Julho, no Posto de Turismo aqui em Murça. Manifestou agrado pela adesão ao projeto “- A Musica Portuguesa a Gostar Dela Própria” cuja recolha deste património imaterial do nosso Concelho, já se iniciou junto da população com o registo de cânticos, ritos e outras performances musicais e também com o objetivo de revelar talentos, por vezes quase desconhecidos. Tudo quanto seja o acesso à cultura, à valorização e preservação do património material, imaterial e também de entretenimento, terá sempre a nossa adesão e estímulo.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que gostaria de perceber o estado de situação de três aspetos. Relativamente às Piscinas Municipais, têm conhecimento que ambas estão fechadas (descobertas e as cobertas) e que existe a necessidade de alguns pais levarem os filhos para Vila Real ou Mirandela, para poderem praticar o desporto de natação. A informação que têm é que as piscinas demoram muito tempo a encher-se e perguntou se não haverá outra forma de conseguirmos ser um bocadinho mais eficientes, neste campo. Relembrou que, há cerca de um ano, foi aprovado um estudo, cabimentada uma determinada verba, de cerca 30 mil euros, para uma empresa fazer o estudo hídrico do Concelho de Murça. E já não é a primeira vez que pergunta ao senhor Presidente da Câmara se esse estudo já está feito e que gostaria de o poder ver, avaliar e até participar, se assim acharem correto. Aludiu que, a questão da iluminação do Estádio Municipal foi resolvida, mas o relvado está num estado bastante degradado e gostariam de perceber se existe alguma previsão, para se renovar aquela relva artificial que está em tão mau estado.

- A deputada do PS, Emília Sousa, cumprimentou todos os presentes e relativamente ao Programa 1º Direito questionou qual o ponto de situação e se o termo de aceitação do mesmo já foi remetido por parte do IHRU, para o Município de Murça.

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e referiu que no próximo fim-de-semana vai decorrer em Murça o encerramento do “Tua Walking Festival 24”, mais propriamente na sua aldeia de Porrais. Espera que decorra tudo pelo melhor, à semelhança das anteriores edições que o Parque Regional do Vale do Tua tem proporcionado a todos aqueles que visitam os cinco Municípios, que dele fazem parte. Aproveitou para agradecer ao Município de

Murça por, este ano, ter deslocado esta iniciativa da sede do Concelho, para uma das aldeias do Parque. As aldeias do interior estão cada vez mais desertificadas e envelhecidas e qualquer iniciativa que traga gente e movimento às aldeias, é sempre bem-vinda.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e disse associar-se aos Votos de Pesar, apresentados. Quanto às questões colocadas respondeu ao deputado André Lage que relativamente à AdIN ainda não receberam qualquer comunicação dessa entidade relativamente a esse assunto, que ele próprio já falou pessoalmente com o Eng.º Moras, mas ainda não recebeu qualquer comunicação por parte da AdIN, sobre esta matéria. Sobre a empresa Lankehorst e os 40 postos de trabalho, disse que é uma preocupação que já tem alguns meses. Deu nota que teve a oportunidade de falar com o CEO da empresa sobre este problema, porque socialmente seria dramático, para o Concelho de Murça, que a empresa descontinuasse aqui a produção. Responderam-lhe, que não havia intenção de terminar a produção na fábrica em Murça, mas que o mercado encolheu e a crise económica afetou também esta empresa. Mas elencou um conjunto de vantagens que prevalecem no facto de manterem aqui a empresa, porque mesmo havendo cá pouca mão-de-obra, a que têm é especializada e não é fácil obtê-la num lugar qualquer, mas nunca se sabe como será o futuro. Espera que se consigam manter aqui em Murça estes postos de trabalho, nem que seja a produzir outro tipo de produto. Relativamente à Zona Industrial, respondeu que está a ser feito o trabalho de identificação de lotes e perceber o que ali se pretende ou não fazer. Aproveitou para cumprimentar os dois técnicos presentes na sala, a Eng.ª Maria dos Anjos da DPGU e o Dr. Marcelo, Diretor de Departamento de Coordenação Geral, pedindo a ambos que viessem para junto da mesa. Após uma breve apresentação do Dr. Marcelo e das funções que exerce na Câmara Municipal como Diretor de Departamento, solicitou-lhe que fizesse o ponto de situação relativamente à Zona Industrial. Mais referiu que, qualquer um dos presentes ou alguém de Murça que possa precisar dos seus conhecimentos na área jurídica, não necessitam pedir ao Presidente da Câmara, podem recorrer diretamente a ele, da parte do Executivo Municipal há total liberdade, para que isso possa acontecer.

- O Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, cumprimentou todos os presentes e disse que é com muito gosto que participa pela primeira vez, como Diretor de Departamento nesta casa, que é a casa da democracia e é aqui que se decidem as coisas mais importantes do Concelho. Referiu que, esta sua intervenção circunscreve-se exclusivamente ao Parque Empresarial. Confessa, que o *dossier* que lhe chamou logo a atenção, quando começou a exercer funções, foi precisamente o Parque Empresarial. Aludiu que, por mais que trabalhemos em

gabinete as coisas numa perspectiva formal, é preciso ir ao terreno. E quando o senhor Presidente da Câmara o levou ao terreno e olhou para aquele Parque Empresarial, falou com o senhor Presidente e com a senhora engenheira maria dos Anjos, referindo que é necessário fazer ali alguma coisa. Saber se naqueles lotes existe especulação imobiliária, ou seja, se há pessoas que compraram os lotes, não pedem nada e estão apenas a contribuir para o entesouramento do solo. A ideia é que sim, que há adjudicatários desses lotes que fizeram escrituras, não construíram nada, pagaram o preço e os lotes continuam devolutos. Assim, o que se pretende, cumprindo a lei e o regulamento do parque Empresarial, e depois de identificadas essas situações de incumprimento, serão notificados os proprietários que não estão a cumprir as suas obrigações contratuais, no sentido da Câmara poder exercer o direito de reversão. Se os particulares não aproveitarem urbanisticamente esses lotes, a Câmara vai exercer o direito de reversão e do ponto de vista jurídico, esses lotes voltam para o património da Câmara, ficando os proprietários sem direito ao preço. Obviamente, que é necessário ter aqui algum bom senso na gestão, porque a Câmara não tem nenhum interesse em ficar com os lotes. É importante que haja da parte dos proprietários, intenção de apresentarem projetos urbanísticos, para os respetivos lotes e assim o loteamento ganhar a sua dinâmica e vida própria. O segundo ponto é intimarem os proprietários que já construíram, mas fizeram-no em violação do loteamento, porque ocuparam abusivamente o lote, ou porque transformaram o mesmo numa situação ambientalmente pouco correta, conforme já aconteceu. Por último, referiu que dos 31 lotes existentes, há dois que estão disponíveis e continuam registados em nome do Município. Do ponto de vista jurídico, a adjudicação desses lotes têm de ser feita em hasta pública e não é, em sua opinião, juridicamente aceitável que os lotes sejam adjudicados diretamente, sem cumprir os princípios da transparência e da concorrência. Portanto, a informação que vão apontar é que esses lotes sejam adjudicados na procedência de Concurso Público e qualquer cidadão o poderá fazer e beneficiar da possibilidade de adjudicação. Por último, referiu que tudo isto está sintetizado na proposta que estão a ultimar, para ser objeto de deliberação da Câmara Municipal, com conhecimento à Assembleia Municipal. Esta é uma proposta técnica para já e vai ter que ter um sancionamento político. A partir do momento que a Câmara delibere favoravelmente, irão agir em conformidade com o agora referido.

- A Chefe de Divisão da DPGU, Eng.ª Maria dos Anjos, reitera aquilo que foi referido pelo Dr. Marcelo e acrescenta que os dois lotes chegaram a ser entregues, mas depois não foi feita a escritura. São dois lotes da 2ª fase, nomeadamente o lote 13 e o 21, um na parte central do loteamento e o outro na parte posterior. Atualmente, estão ambos livres, sem qualquer tipo de ónus e sem terem sido escriturados. Quanto aos restantes 10 lotes iremos propor o direito de reversão, porque não foram

cumpridas as condições que foram inicialmente definidas, nomeadamente iniciarem os trabalhos de edificação e apresentação de projeto.

- O Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, disse que, a primeira fase está consolidada, a 2ª e 3ª fase do loteamento é que tem dificuldades. Os lotes para os quais há condições para exercer o direito de reversão, porque de facto não apresentaram nenhum projeto urbanístico, são os que já têm escritura realizada desde 15 de maio de 2015, são os lotes 26, 27 e 28. A Câmara tem o poder e o dever de exercer o direito de reversão e se não o fizer, está a cometer ilegalidade, porque não está a fazer cumprir as prescrições da escritura e do regulamento daquele Parque Empresarial e não há qualquer poder discricionário.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, refere que aquilo que se pretende, é que haja uma posição jurídica e técnica adequada. Com certeza que, da parte dos promotores que irão ser notificados nesse sentido, irão ter algo a dizer em defesa da sua circunstância.

- O Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, lembra que, a reversão é sujeita à audiência dos interessados e é prudente que a Câmara diga numa primeira fase que manifestamos a intenção de exercer o direito de reversão, porque o senhor não cumpriu e o particular vai ter um prazo de 10 dias, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, para vir ao processo dizer o que se lhe oferecer. Nessa audiência dos interessados, pode o particular querer afastar a reversão dizendo que não a façam, porque vai avançar com a obra e então, a Câmara pondera. As construções em lotes podem seguir o regime simplificado, que é o regime da comunicação prévia e em termos de RJUE, há um benefício muito grande, porque podem entregar arquitetura em especialidades, comunicam à Câmara e não precisam de licenças da Câmara, até nisso há vantagens que podem ser explicadas aos proprietários.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, saudou todos os presentes e questionou o Sr. Dr. Marcelo se aquando da sua visita à Zona Industrial lhe deram conhecimento que os agricultores da aldeia de Palheiros tinham acesso a um caminho público e com a construção da Zona Industrial ficaram impedidos, do acesso a esse caminho público.

- O Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, respondeu ao senhor Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, que está a ouvir isso pela primeira vez.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, lembrou, que na sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2023, realizada em Palheiros, foi falado este assunto e até hoje nada foi feito e pediu que, de alguma forma, se salvaguardassem os interesses daqueles agricultores que ficaram privados de um caminho público que tinham, para as suas propriedades, e com aquela construção, desapareceu.

- A Chefe de Divisão da DPGU, Eng.ª Maria dos Anjos, perguntou ao Sr. Carlos Gomes se é aquele caminho lateral.

- O Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, questionou se o caminho foi prejudicado com a aprovação do loteamento.

- A Chefe de Divisão da DPGU, Eng.ª Maria dos Anjos, respondeu ao Dr. Marcelo que sim e que foi na 3ª fase.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, aludiu que, se calhar, a Junta de Freguesia da altura, facilitou, com a melhor das intenções, para que os trabalhos pudessem ser feitos e por ventura até lhe prometeram que depois o caminho iria ser feito com acesso a essas propriedades, mas isso nunca aconteceu. Insistiu que, aquela gente tem que estar salvaguardada e ter acesso às suas propriedades.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, registou a preocupação e disse, que a mesma, tem que ser tratada como deve ser.

- O deputado do PS, André Lage, cumprimentou o senhor Diretor de Departamento, deu-lhe as boas-vindas e agradeceu as explicações que lhes trouxe, uma vez que vêm de encontro às preocupações que o Partido Socialista tem trazido a várias sessões da Assembleia Municipal. Referiu que, na sequência dessas manifestações de preocupação, solicitaram um documento/relatório mais concreto, precisamente sobre o Parque Industrial de Murça – Palheiros, no sentido de perceber se aqueles lotes que estão vazios, estavam todos escriturados e se os serviços do Município já tinham recebido algum pedido de licenciamento, para perceberem o que se passava. Na sequência disso, a senhora Eng.ª Maria dos Anjos fez um excelente trabalho e forneceu-lhes um relatório completo com essa informação. Após análise do mesmo, perceberam que havia ali algumas situações que poderiam dar origem a processo de reversão, como mesmo agora acabou de mencionar o senhor Dr. Marcelo e

o Município deve cumprir e fazer cumprir a lei e o regulamento. Estão satisfeitos que esse trabalho esteja a ser tratado e que, com certeza, dará os seus frutos. Aquela infraestrutura tem como objetivo a criação de investimento e de riqueza e agrada-lhes saber que o Município vá, agora, dar passos concretos, nesse sentido.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente às questões colocadas sobre o Auditório Municipal e o seu encerramento, respondeu que o seu encerramento se deve à não existência de condições de segurança. Referiu que, foi feita uma visita pelo Eng.º Manuel João Borges e perguntou à Eng.ª Maria do Anjos se existe alguma ata ou relatório escrito, dessa visita.

- A Chefe de Divisão da DPGU, Eng.ª Maria dos Anjos, respondeu ao senhor Presidente da Câmara que foi feita uma vistoria com os técnicos que fizeram o projeto inicial e essa equipa está, a analisar o projeto de infraestruturas, que é onde estão as maiores dificuldades. Tem a ver com a estabilidade e também com a parte hidráulica, porque tivemos lá várias vezes entrada de água, durante algumas intempéries. Estamos a avaliar, gostaríamos de fazer um projeto para poder submeter uma candidatura. E criar finalmente uma saída de emergência na parte posterior do edifício, que não existe.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, sobre o auditório, a circunstância é esta, foi feita a avaliação sobre a intervenção, que ali tem de ser levada a cabo. Têm várias propostas, das patologias lá identificadas e que poderão orçar entre 850 mil e 1 milhão e meio de euros, pelo que só com uma comparticipação substantiva em termos comunitários, no âmbito dos investimentos territoriais integrados, é que será possível fazer ali a obra. Uma coisa é colocarem uma exposição na parte da entrada do Auditório, que não carece à partida, de grande dificuldade em termos de segurança, mas no interior preocupa-nos, a segurança, daí manter-se fechado. Efetivamente, o Crasto de Palheiros não tem tido a dinâmica que gostariam, mas existem lá algumas patologias que têm que ser ultrapassadas e não se justifica naquele equipamento, uma eventual candidatura. Esta é uma área complexa em termos de abordagem, pois existe no Crasto de Palheiros uma questão de propriedade que se mantém há vários anos, que os preocupa. Quanto às questões colocadas pelo deputado Rui Ramos, respondeu-lhe que as piscinas cobertas irão abrir na próxima semana. Sobre o estudo hidroagrícola, disse-lhe que já têm o estudo preliminar, com um investimento significativo e que só se avança para um estudo prévio, que já tem impacto ambiental e uma serie de aspetos completamente diferentes, quando exista uma medida de financiamento programada e de alguma forma reservada, para aquela intenção. Recentemente, enviaram para a CCDR o que têm sobre este

assunto e acredita que se ficarem verbas disponíveis, para investir nesta matéria, possa haver a possibilidade de algum dia existir em Murça, um equipamento desta natureza. Relativamente aos aspetos técnicos relacionados com o mesmo e outro tipo de contributos que possam ser dados, esperam que surja algo mais concreto, em termos de apoio. Havendo algo mais concreto, afina-se aquilo que possa ser o estudo e será feita uma apresentação. A relva sintética do Estádio Municipal está na verdade num estado bastante inadequado e aguardam que surjam formas de financiamento, para se fazer aquele investimento. No entanto, se aquilo que surgir não for possível em termos de apoio para este investimento, terão que recorrer a fundos próprios. Quanto ao programa 1º Direito respondeu que, a candidatura está submetida no HIRU, mas ainda não têm o parecer do mesmo, sobre a candidatura. Muito se tem falado sobre esta matéria e a sensação que tem, é que os grandes centros aglutinaram verbas significativas, com outra capacidade de aproveitamento, daquilo que o PRR preconiza. Inclusivamente, muitos Concelhos já iniciaram os investimentos e os apoios nem sequer estão garantidos. Agradeceu as palavras da deputada Paula Catarino, relativamente ao Tua Walking Festival 24 e disse que, também ele espera que tudo decorra, pelo melhor.

- O deputado do PS, Rui Ramos, solicitou ao senhor Presidente da Câmara se lhe pode facultar uma cópia do estudo preliminar, para o poder analisar.

- O deputado do PS, André Lage, relativamente a não existir resposta da empresa AdIN, disse que poderá não voltar a falar aqui, nesse assunto e procurará encontrar outra forma de pressão por parte da bancada do Partido Socialista, porque não lhe parece razoável passado tanto tempo, não haver ainda respostas. As notícias da detenção de pessoas, devido à falsificação das análises à água, já faz um ano em novembro e estranha que ainda não haja resposta sobre quem é a entidade que monitorizou a qualidade da água na vila de Murça, durante o ano de 2023. Todos temos o direito a essa resposta, quer os responsáveis políticos com o Município à cabeça porque é acionista, mas também enquanto consumidores, porque se essas entidades envolvidas no processo, nunca tiveram nada com a monitorização da qualidade da água, no Concelho de Murça, essa dúvida que pode pairar na cabeça de muitas pessoas, fica posta de parte e deixa de existir essa suspeita que se criou. Agora, quando estamos quase um ano para obter uma resposta tão simples, torna-se complicado.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou todos os presentes e disse ao senhor Presidente da Câmara que, após ouvir a sua intervenção, fica satisfeito com o estudo prévio, para uma futura barragem no Ratiço, atendendo que a Junta de Agricultores há pouco mais de um ano, apresentou-

lhe esse mesmo estudo com a maquete de uma possível barragem em cascata e alega-o saber que a Câmara está interessada em resolver, de uma vez por todas, os problemas dos nossos agricultores.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e disse que, este problema da AdIN já foi aqui referido diversas vezes pelo deputado André Lage, e na ausência de respostas, sugere a possibilidade de se convocar um técnico da empresa AdIN, para numa futura Assembleia Municipal vir esclarecer essa situação, de uma vez por todas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, sobre o estudo hídrico aquilo que o Município fez foi preparar-se porque, havendo um fundo apropriado para este tipo de iniciativas, possamos ser contemplados e se não tivermos este estudo preliminar, é mais difícil apresentar candidaturas. Pretende-se, acima de tudo, promover condições para quando surgirem essas verbas, não estarem com o trabalho de casa por fazer. O que está previsto em termos técnicos, naquela zona a montante da ribeira do Ratiço e a montante da A4, é haver ali uma barragem, construída tendo em conta o que vai ter que ser alargado e a dimensão da mesma. A proposta para nosso Concelho é que seja ali, porque aquele equipamento para fins hidroagrícolas tem que ter a jusante uma determinada área, para poder ser regada. Existe aqui uma circunstância particular, que é o facto de a jusante da eventual barragem, que ali possa vir a ser colocada, termos essencialmente vinha e que, hoje, ainda não é permitido que seja regado, mas no futuro vai ser obrigatório que tenha rega. Estamos a preparar-nos, mas temos que ter um argumento forte e que seja válido. O que o estudo prevê é isto e é o único local do Concelho onde isso é possível, porque é onde existe cultura agrícola a jusante que tem o potencial futuro, da necessidade da rega.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, lembrou ao senhor Presidente da Câmara que já tem rega. Naquele local, existem 40 hectares de rega, aprovados e com credencial do IFAP.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, lembrou ao deputado Alfredo Veloso que o investimento que está previsto são 29 milhões de euros e tem que ter 800 hectares de área agrícola, para regar. Neste momento, ainda não têm autorização definitiva para a rega, apenas existe para circunstâncias especiais e numas condicionantes que são mais estranhas do que se possa imaginar. Relativamente à AdIN, reitera o que referiu o deputado André Lage, porque na verdade é tempo demais para nos responderem, se Murça fez ou não parte daquele processo. Já estive numa reunião de Câmara o Eng.º Carlos Silva a explicar como era feito o processo de monitorização da água em

termos técnicos, no entanto essa reunião aconteceu antes destas notícias surgirem e é importante que haja uma resposta e que se apure o que realmente aconteceu.

- O deputado do PS, Rui Ramos, ainda relativamente ao estudo preliminar disse que gostaria de ter acesso a ele porque na verdade, tem algumas condicionantes que podem afetar uma decisão que é basilar, naquilo que pode ser a agricultura no nosso Concelho e não é só a vinha que está em questão, existe também o olival, as hortas, etc.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, a Lei 79 diz que é proibido regar a não ser que o IVDP autorize, se previamente solicitado. Mais disse que, o que tem acontecido é que o IVDP fecha os olhos, porque instala-se um sistema de rega para plantar a vinha, mas depois não é retirado. Estamos a falar de 800 hectares e é uma área significativa.

- O deputado do PS, Rui Ramos, insiste que, no que se refere à solução, existem outras hipóteses que devem ser estudadas. Naturalmente que tudo aquilo que fica a jusante da zona do Ratiço, vai ter a oportunidade de ter água de forma natural, no entanto existem outras áreas a montante que também poderiam ser aproveitadas. Existem muitas águas na Serra da Garraia, que não estão a ser aproveitadas e toda a zona de Palheiros e uma parte de Vargues, Paredes e Salgueiro poderiam ser aproveitadas para esse efeito, é apenas uma questão de solução. Daí insistir ter esse estudo, para perceber se realmente esta é a única hipótese e o porquê, e se existem outras situações que podem ser até complementadas.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, voltando ao assunto do estudo preliminar, lembrou o senhor Presidente da Câmara que em tempos, se referiu ao estudo da Junta de Agricultores como sendo um estudo leviano. Esclareceu que, esse estudo foi feito pelo Eng.º Casimiro, pelo Eng.º Henrique Santos e pelo Eng.º Carlos Magalhães e foi apresentado com financiamento garantido e aprovado sobre uma área de 40 hectares de regadio do vale da ribeira de Noura. O que o Sr. Presidente apresentou é um estudo de candidatura com bombas elevatórias, para poder, no futuro, regar vinha, que é o que hoje se faz na zona de Alfandega da Fé, na área das cerejeiras e macieiras e o estudo que a Junta de Agricultores apresentou, é para a área de rega do vale da ribeira de Noura e o estudo que agora o senhor Presidente fala, é para ter uma barragem com uma bombagem, para no futuro podermos combater a seca nas vinhas. Estamos a falar de coisas diferentes.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, conforme sugerido, disse que procurará trazer o estudo e apresentá-lo, numa próxima sessão. Pediu desculpa, se por acaso se referiu ao estudo do vale da Ribeira de Noura como leviano, porque não foi essa a sua intenção, que até poderia dizer que seria um estudo simples, mas nunca leviano. Agora, um estudo para 29 milhões de euros, não pode ser tratado de qualquer maneira.

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2023;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 - Proposta Nº 31/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Proposta Nº 35/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Empreitada "Remodelação e Ampliação do Antigo Edifício Pré-escolar para Posto da GNR de Murça" - Autorização para repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024 e 2025 e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para os anos económicos - Autorização para cedência de imóvel em regime de comodato à Guarda Nacional Republicana;

(no cumprimento da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei 75/2023, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, quanto à cedência em regime de comodato, e nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, no que refere à assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2024 e 2025).

6 - 9ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos);

(conforme disposto na alínea c) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1º semestre de 2024.

(nos termos do artigo 77º, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

_____/_____/_____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

"Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 19 de junho de 2024 e o dia 20 de setembro de 2024.

1. **Renúncia de Mandato Autárquico.** António Luís Marques, eleito vereador nas últimas eleições autárquicas, solicitou a suspensão do mandato autárquico a 10 de agosto de 2023, pelo período de 8 meses. A 9 de abril de 2024, solicitou a suspensão de mandato autárquico por mais 2 meses. A 9 de junho de 2024, solicitou de novo a suspensão de mandato autárquico por mais 2 meses. A 8 de agosto de 2024 entregou a renúncia ao seu mandato autárquico.
2. **Receção da delegação de Richebourg - França.** O Executivo Municipal recebeu no edifício Paços do Concelho, no dia 20 de junho, a delegação de Richebourg liderada pelo Presidente de Câmara Jérôme Demulier e acompanhado pelo Gabinete de Turismo de Bethune - Bruay. A cidade de Richebourg está situada na região Norte de França, onde se encontra o único Cemitério Militar Português. O cemitério militar de Richebourg é um cemitério da I Guerra Mundial exclusivamente português, onde se encontram cerca de 1500 sepulturas já identificadas. Sendo Murça a terra do soldado português mais condecorado da I Guerra Mundial, o único militar português condecorado com a mais alta honraria nacional, faz todo o sentido que exista uma parceria entre Murça e Richebourg.
3. **Novas instalações sanitárias em área públicas.** Foram instalados sanitários públicos no Parque Urbano e no Jardim do Paço junto da Junta de Freguesia de Murça. Estas novas estruturas pretendem criar melhores condições para os murcenses e também para quem nos visita. Em ambos os locais foram colocadas casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida e criada uma imagem exterior uniforme, para que os sanitários sejam facilmente identificáveis.
4. **Reunião com o Ministro da Agricultura e Pescas.** Tendo em conta a

preocupação dos autarcas da CIMDOURO (Comunidade Intermunicipal do Douro), para com a atual situação da viticultura e da Região do Douro, foi criada uma comissão de agricultura que solicitou uma reunião com o Senhor Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes. A reunião decorreu no dia 28 de junho em Santa Marta de Penaguião, onde foi possível transmitir ao Senhor Ministro as preocupações ligadas ao setor vitícola. Da parte do Senhor Ministro, foi assumido que decorrem atualmente negociações com a União Europeia com vista à tomada de medidas objetivas para fazer face à atual situação.

5. Reunião com o Senhor Presidente da República. No dia 7 de setembro a comissão da CIMDOURO, responsável pelas questões do Douro (constituída pelos Presidentes da Câmara de Peso da Régua, Murça, Santa Marta de Penaguião e Armamar), reuniu com o Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, em Lisboa. Esta reunião teve como objetivo alertar o Senhor Presidente da República para toda a problemática vivida na Zona Demarcada do Douro e mostrar qual a posição da CIMDOURO nesta temática. A CIMDOURO (Comunidade Intermunicipal do Douro) tem no seu território cerca de 95% do território da Região Demarcada do Douro, razão pela qual a sua sustentabilidade e a sua competitividade tem uma dependência direta deste importante setor. Nesse sentido a CIMDOURO tem deveres e obrigações para com o território, tendo como principal desafio o de contribuir para a sustentabilidade económica e social do mesmo, sendo necessário a consolidação dos seguintes pontos:

- a) Da portaria n.º 190-A/2024/1 de 26 de agosto que aprova o regulamento eleitoral da casa do douro e da constituição da comissão eleitoral, para a organização da produção duriense.
- b) A autonomia financeira, administrativa e patrimonial do Instituto dos Vinhos Douro e Porto, deixando de existir cativações relativas ao valor das taxas pagas na região.
- c) O uso de aguardente produzida na região, deverá ser discutida e implementada pelo atual ministro da agricultura, de forma a eliminar os excedentes gerados na região, fruto de recorrermos a aguardentes provenientes de outras regiões e países.
- d) A criação de uma taxa de sustentabilidade económica e social territorial, para ser aplicada em todas as unidades hoteleiras, restaurantes, barcos e comboios que circulam dentro da Região Demarcada do

Douro, devendo essa taxa reverter para a valorização do preço a pagar aos viticultores durienses.

e) Lançar um projeto de formação e valorização do vinho, enquanto produto enológico, mas também como elemento histórico, cultural e patrimonial da região, promovido pela CIMDOURO, a futura Casa do Douro, Associação de Exportadores do Vinho do Porto e Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P.

O Presidente da República aceitou a posição da CIMDOURO, mostrando-se muito sensibilizado com toda a situação vivida na Região Demarcada do Douro.

6. Entrega de viaturas elétricas à Unidade de Saúde Familiar de Murça. A entrega decorreu num ato simbólico que decorreu no dia 2 de agosto, no Centro de Saúde de Murça e que contou com a do Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde (ULS) de Trás-os-Montes e Alto Douro, Ivo Oliveira, da Diretora Clínica para os Cuidados Primários, Vera Santos, do Enfermeiro Diretor, Júlio Azevedo, do diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte, António Gabriel Martins e dos representantes da Unidade de Saúde Familiar de Murça. A entrega destas viaturas visa reforçar a capacidade de prestação de cuidados de saúde no domicílio, contribuindo para uma resposta mais eficiente às necessidades da população. Com um investimento de cerca de 75 mil euros a Unidade de Saúde Familiar de Murça vê a sua pequena frota modernizada, melhorando as condições de trabalho dos profissionais e, simultaneamente, possibilita a prestação de cuidados de saúde de proximidade de uma forma mais célere, segura e amiga do ambiente, promovendo, desta forma, a sustentabilidade ambiental.

7. Acolhimento da Associação "Just a Change". Entre os dias 21 de julho e 4 de agosto, um grupo de 40 jovens voluntários da associação Justa a Change, reabilitaram 5 habitações do Concelho de Murça, uma iniciativa que contou com o apoio do Município. Ao longo de 2 semanas, esta equipa promoveu várias melhorias em habitações, nas Freguesias de Candedo, Murça, Jou e Fiolhoso.

A "Just a Change" é uma associação sem fins lucrativos que há mais de uma década se dedica à reabilitação de casas de pessoas em condições precárias em Portugal, está a realizar um esforço solidário em várias regiões do

país através do seu programa "Camp In". Durante os meses de verão, cerca de 450 voluntários, maioritariamente, estudantes universitários, estão a reabilitar casas em situação de pobreza habitacional em Portugal.

8. Apresentação do documentário "AS origens perdidas do Cadaval". No dia 26 de julho, no Posto de Turismo, foi apresentado um documentário sobre os trabalhos de investigação que decorrem no Castro do Cadaval por uma equipa coordenada pela arqueóloga Maria de Jesus Sanches. Esta investigação teve início no mês de março, do corrente ano, e resulta de uma parceria entre o Município de Murça, a Universidade do Porto, a empresa de arqueologia Dryas e a Escola Profissional de Murça.

Estes arqueólogos investigaram o Castro do Cadaval, um povoado fortificado que remonta à idade do ferro e que conta a história da ocupação romana no território, onde o principal objetivo do Município passa por classificar e valorizar o seu património.

9. XVII Circuito Interclubes de Pesca Desportiva 2024. Teve lugar nas margens do Rio Tinhela, em Murça, no passado domingo dia 21 de julho, a final do XVII Circuito Interclubes de Pesca Desportiva 2024. A prova contou com a participação de 45 pescadores de 10 equipas, em representação de seis clubes da região, dos concelhos de Murça, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Bragança, Macedo de Cavaleiros e Sabrosa, onde foram disputadas as provas ao longo do campeonato. O Clube de Pesca Desportiva do Concelho de Murça sagrou-se campeão por equipas do campeonato regional 2024. Também individualmente o vencedor do campeonato foi Francisco Polónio do Clube de Pesca Desportiva do Concelho de Murça.

10. Campo de férias verão 2024. O campo de férias de verão de 2024 decorreu no período de 1 a 26 de julho e contou com atividades desportivas e lúdico-pedagógicas cujo objetivo foi promover o convívio e a diversão. Esta iniciativa destinou-se às crianças e jovens de todo o concelho com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, este ano contou com cerca de 130 participantes.

11. Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas. O programa "Voluntariado Jovem para a natureza e Florestas" é destinado a jovens entre os 14 e os 30 anos e decorre entre 1 de agosto e o 30 de setembro de 2024. Este programa tem como finalidade promover práticas no âmbito

da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas, através da sensibilização da população em geral e da preservação contra incêndios florestais e outras catástrofes com impacto ambiental. No total são 40 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos, de diferentes freguesias do concelho de Murça que estão a vigiar as áreas florestais do concelho de Murça no âmbito deste programa, desenvolvido em parceria com o Instituto Português da Juventude (IPDJ).

- 12. Exposição "A minha Porca de Murça".** Os alunos do 6.º ano da Escola E,B 2,3 e Secundária de Murça, na disciplina de Educação Visual e Educação Tecnológica, desenvolveram vários trabalhos por base os conceitos património artístico português e estruturas. Os alunos foram desafiados a abordar estes conceitos fazendo uma ligação entre o pintor transmontano Nadir Afonso e o ex-libris do território, a "Porca de Murça". Os trabalhos escultóricos foram realizados com recurso a diferentes tipos de materiais, de acordo com o projeto idealizado e posteriormente pintados tendo por base os desenhos que os alunos criaram. A exposição decorreu no átrio do Edifício Paços do Concelho.
- 13. Alunos do Agrupamento de Escolas de Murça premiados em concurso do Vale do Tua.** No dia 13 de junho, em Alijó decorreu o evento final do projeto "Junto à Terra" que reuniu os alunos dos dez grupos finalistas no concurso de produção de um micro vídeo sobre a aprendizagem conseguida ao longo das diversas etapas deste projeto de educação ambiental promovido pelo Parque Natural Regional do Vale do Tua. É um projeto orientado para os alunos do 8º ano de escolaridade dos Agrupamentos de Escolas e Profissionais dos cinco municípios da área territorial do Vale do Tua (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor), envolvendo anualmente cerca de 500 alunos. O 2.º prémio foi atribuído a um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas de Murça, que apresentaram o vídeo "Miradouros do Vale do Tua-Janelas para a Natureza", que ganharam um cheque no valor de 200€ por aluno e professor e ainda 300€ para o agrupamento. O 3.º lugar foi atribuído a um grupo de alunos também do Agrupamento de Escolas de Murça, com o vídeo "O Cantinho do Tua", que levaram um cheque no valor de 100€ por aluno e professor e ainda 200€ para a escola.
- 14. Ação Social Escolar. Oferta dos livros de fichas de consolidação escolares.** O Município de Murça, à semelhança dos anos letivos

anteriores, oferece os livros de fichas de consolidação escolares para o ano letivo de 2024 / 2025, a todos os alunos do primeiro e segundo ciclo do Ensino Básico. Com esta medida, o Município de Murça quer proporcionar igualdade de oportunidades no acesso ao sucesso escolar, concretizada pela criação de apoios e complementos educativos, e sendo a Educação um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do potencial humano, o Município de Murça continua a apoiar as famílias do concelho.

- 15. Regime de Leite Escolar e Fruta Escolar.** O Regime Escolar - Leite Escolar e Fruta Escolar - é uma iniciativa de âmbito europeu, financiada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.), que tem como objetivo a promoção do consumo de frutas, produtos hortícolas e leite junto das crianças em idade pré-escolar e dos alunos em idade escolar do 1º ciclo de ensino. O Município de Murça tendo presente a importância de reforçar a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas crianças e alunos do concelho, aderiu, mais uma vez, ao Regime Escolar em ambas as valências.

Contratos de aquisições de serviços

- 16. Operações de Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos" - Candidatura PDR 2020-8.1.3-FEADER-084983**

- ✓ Valor da adjudicação: 63.903,30 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor SA;
- ✓ Data da adjudicação: 08/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 180 dias;
- ✓ Data do contrato: 13/04/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

- 17. Suporte a Equipamentos HPE (Datacenter e DR)**

- ✓ Valor da adjudicação: 11.561,00 €;
- ✓ Adjudicatário: RIS 2048 - Sistemas Informáticos e Comunicações S.A
- ✓ Data da adjudicação: 05/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 299 dias, até 31/12/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução;

- 18. Aquisição de materiais diversos em regime de fornecimento contínuo**

- ✓ Valor da adjudicação: 9.859,23 €;

- ✓ Adjudicatário: Henrique Manuel Meireles, Unipessoal, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 05/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 295 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução

19. Concurso público para Aquisição de uma Máquina Retroescavadora nova, incluindo a retoma de uma Máquina Retroescavadora usada

- ✓ Valor Base: 90.00,00 €;
- ✓ Estado do procedimento: Apresentação de propostas;

20. Aquisição de serviços para "Realização do Projeto Música Portuguesa a gostar dela própria"

- ✓ Valor Base: 6.500,00 €;
- ✓ Adjudicatário: A Cadeira Amarela, Unipessoal Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 14/05/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 4 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

21. Aquisição de serviços para "Desenvolvimento de uma Rota Turística dos Vinhos Brancos de Murça através da estruturação de um pacote turístico e respetiva promoção junto dos órgãos de comunicação social"

- ✓ Valor Base: 17.500,00 €;
- ✓ Adjudicatário: RURISOCIETATE Unipessoal, LDA;
- ✓ Data da adjudicação: 16/05/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 120 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

22. Concurso Público para "Aquisição de serviços na área de seguros" - Adjudicação por lotes

- ✓ Valor Base: 198.000,00 €;
- ✓ Adjudicatário: GENERALI SEGUROS S.A;
- ✓ Data da adjudicação: 22/08/2024;
- ✓ Valor contratual global dos lotes: 134.236,96€;
- ✓ Prazo de Execução: 24 meses cada lote;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

23. Aquisição de Serviços para "Beneficiação de que integram a RDFCI - Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Serra de S. Domingos"

- ✓ Valor Base: 6.300,00 €;

- ✓ Adjudicatário: Alfapinus - Engenharia Florestal Unipessoal, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 16/07/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 30 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

24. Aquisição de Serviços para "Revisão e Fundamentação Económica e Financeira do Regulamento das Taxas do Município"

- ✓ Valor Base: 12.500,00€;
- ✓ Adjudicatário: ACEAAP - Agencia de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 01/08/2024;
- ✓ Valor contratual: 12.500,00€;
- ✓ Prazo de Execução: 45 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

25. Aquisição de "Bens de Higiene e Limpeza", em Regime de Fornecimento Contínuo

- ✓ Valor Base: 19.298,84€;
- ✓ Adjudicatário: HIGIMAX - Saúde Higiene e Segurança Unipessoal, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 10/09/2024;
- ✓ Valor contratual: 16.979,20€;
- ✓ Prazo de Execução: até 31/12/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

26. Aquisição de Serviços para "Transportes Escolares para o ano letivo 2024/2025 - Adjudicação por lotes"

- ✓ Valor Base Global dos lotes: 74.392,00€;
- ✓ Adjudicatário: Primetur Viagens e Turismo, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 10/09/2024;
- ✓ Valor contratual global dos lotes: 72.592,00€
- ✓ Prazo de Execução: 10 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

27. Aquisição de Serviços para "Festa do Emigrante 2024, com Espetáculo Musical - Artistas: Banda Sirilanka e Sons do Minho"

- ✓ Valor Base: 18.600,00€;

- ✓ Adjudicatário: Faustino Carva Rodrigues;
- ✓ Data da adjudicação: 07/08/2024;
- ✓ Valor contratual: 18.600,00€
- ✓ Prazo de Execução: 1 dia;
- ✓ Estado do procedimento: Concluído;

28. Aquisição de Serviços para "Refeições Escolares do Centro Escolar e da Residência de Estudantes de Murça para o ano letivo de 2024/2025"

- ✓ Valor Base: 137.030,95€;
- ✓ Adjudicatário: Rescater - Prestação de Serviços, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 05/09/2024;
- ✓ Valor contratual: 104.609,67€
- ✓ Prazo de Execução: 10 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

29. Aquisição de Serviços para "Consultoria de Médico Veterinário, em Regime de Avença"

- ✓ Valor Base: 28.800,00€, sendo o valor mensal de 800,00€;
- ✓ Prazo de Execução: 36 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em fase de adjudicação;

Contratos de empreitadas

30. Concurso Público "Remodelação e Ampliação do antigo edifício Pré-escolar para Posto Territorial da GNR de Murça"

- ✓ Valor da adjudicação: 1.070.000,00€;
- ✓ Adjudicatário: Teisil - Empresa de Construções, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 07/03/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: Após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;
- ✓ Estado do procedimento: A Aguardar Visto Tribunal de Contas;

31. Concurso Público "Reposição de Equipamentos e Infraestruturas Municipais Danificadas pelos Incêndios Florestais ocorridos em 2022 no Município de Murça"

- ✓ Valor da adjudicação: 1.448.626,44€;
- ✓ Adjudicatário: Higinio Pinheiro & Irmão S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 07/03/2024;

- ✓ Data do Auto de Consignação: 11/06/2024
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

32. Intervenções e Trabalhos de Estabilização de Emergência no Município de Murça - Contrato-programa APA - Ações de Reabilitação da Rede Hidrográfica

- ✓ Valor da adjudicação: 540.242,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 22/03/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 29/04/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

33. Intervenções e Trabalhos de Estabilização de Emergência no Município de Murça - Contrato-programa ICNF

- ✓ Valor da adjudicação: 506.179,00€;
- ✓ Adjudicatário: Floponor S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 18/04/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 14/05/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

34. Concurso Público "Construção do Pontão da Ribeirinha"

- ✓ Valor da adjudicação: 262.682,00€;
- ✓ Adjudicatário: Obras Campos Rocha, Lda
- ✓ Data da adjudicação: 18/04/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 12/06/2024
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

35. Concurso Público "Construção do Pontão de Penabeice"

- ✓ Valor da adjudicação: 276.000,00€;
- ✓ Adjudicatário: Obras Campos Rocha, Lda
- ✓ Data da adjudicação: 20/05/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 31/07/2024
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

36. Consulta Prévia "Pavimentação de Caminhos Agrícolas nas localidades de Candedo e Porrais"

- ✓ Valor da adjudicação: 148.668,08€;
- ✓ Adjudicatário: Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A;

- ✓ Data da adjudicação: 16/07/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 07/08/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

37. Consulta Prévia "Execução de Muros de Suporte em Betão Ciclópico"

- ✓ Valor da adjudicação: 38.631,80€;
- ✓ Adjudicatário: António José Pinto Gonçalves;
- ✓ Data da adjudicação: 05/09/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: Após assinatura de contrato
- ✓ Estado do procedimento: Intenção de caducidade de adjudicação por falta de entrega de documentos de habilitação;

38. Consulta Prévia "Pavimentações na EN 15 e Arruamentos no Bairro do Pinheirinho"

- ✓ Valor da adjudicação: 146.071,44€;
- ✓ Adjudicatário: Higinio Pinheiro & Irmão S.A.;
- ✓ Data da adjudicação: 24/07/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: 20/08/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

39. Concurso Público "Requalificação de Diversas Estradas e Arruamentos do Concelho de Murça"

- ✓ Valor da adjudicação: 1.347.273,19€;
- ✓ Adjudicatário: Higinio Pinheiro & Irmão S.A.;
- ✓ Data da adjudicação: 22/08/2024;
- ✓ Data do Auto de Consignação: Após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;
- ✓ Estado do procedimento: Preparação de documentos para remessa ao Tribunal de Contas para obtenção de Visto".

- O deputado do PS, André Lage, a propósito da referência na Informação Escrita às reuniões da CIMDOURO com o Ministro da Agricultura e o Senhor Presidente da República sobre a vida da Região Demarcada do Douro, nas quais o senhor Presidente da Câmara também participou, gostaria a Bancada do Partido Socialista deixar uma palavra de solidariedade, para com todos os viticultores de Murça e da Região do Douro, em particular aqueles que se veem a braços com grandes dificuldades em escoar as suas uvas, tendo alguns já deixado a produção nas videiras, depois de esgotarem todas as possíveis soluções e batido a todas as portas para lhes ficarem com as uvas da sua

produção. Tudo isto transformou o período de vindima habitualmente caracterizado pela alegria e pela celebração do fim de um ciclo em resultado de um ano de trabalho, num período de angústia e tristeza. A situação é complexa e os efeitos não podem ser imediatamente calculados, mas serão certamente severos em termos económicos e, também sociais. Estamos num Concelho básico na área agrícola onde a viticultura tem uma enorme preponderância. Nesse sentido e dadas as medidas elencadas na Informação Escrita, muitas delas com as quais concorda também pela sensibilidade que tem enquanto viticultor, gostariam de perceber se consideram que as mesmas vão efetivamente ser implementadas, pois se nada for feito de significativo e transformador para a região, é difícil perceber para onde caminhar e para onde caminham os viticultores, em particular os mais pequenos.

- A deputada do PS, Paula Catarino, parabenizou o executivo Municipal por, uma vez mais, ter oferecido os livros de fichas aos alunos do 1º Ciclo. Sabem que, qualquer ajuda que possa ser dada às famílias do Concelho, é sempre bem-vinda. No entanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se será durante este ano letivo, que vão ter as tão esperadas referências multibanco a funcionar, para pagamento das refeições e outros serviços, da Câmara Municipal.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente à intervenção do deputado André Lage, disse que sendo ele alguém que há 30 anos trabalha no setor da vinha e do vinho, tem noção daquilo que diz e da preocupação que coloca e aquilo que é necessário fazer, na distribuição da riqueza que aqui é criada, em termos vitivinícolas. Há passos que é necessário dar e há expectativas elevadas de várias medidas que podem ser levadas a cabo. Continuamos a discutir problemas que já têm décadas, problemas que tem a ver com o negócio em si mesmo e acima de tudo, a forma de relação entre duas profissões que estão numa situação totalmente desequilibrada. Existe do lado do comércio grandes empresas que dominam todo o processo. Estamos numa região que devia produzir metade do que é produzido e produz-se a mais. Só produzimos em termos vitícolas metade daquilo que comercializamos, porque importamos mais de duzentas mil pipas de vinho transformada em aguardente. Relativamente às ofertas dos livros de fichas disse que é uma ajuda do Município às famílias que já tem alguns anos e quanto às referências multibanco, respondeu que é inadmissível que isso ainda não esteja resolvido, que não depende diretamente de si e espera que a breve prazo, o assunto esteja resolvido e as referências multibanco a funcionar.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, não queria deixar passar este momento sem referir o seguinte:

“Primeiro e muito concretamente a Adega Cooperativa de Murça e todas as Adegas Cooperativas do Douro não deixaram de receber um cacho de uvas dos seus associados. Isto que fique bem vincado. Os associados têm a garantia de entregar tudo, as suas uvas todas, sejam de boa qualidade ou de menos boa qualidade. Depois também as Adegas Cooperativas na história do Douro estiveram sempre em realce ao contrário dos tempos atuais que estão entregues a si próprias e são discriminadas. Vejamos, veio o Ministro da Agricultura a Santa Marta e nenhuma cooperativa, a não ser a de Santa Marta, que desconhece, esteve presente. Os representantes da Comissão da CIMDOURO estiveram com o Senhor Presidente da República e nenhuma cooperativa foi convidada a estar presente. Ou seja, atualmente qualquer produtor/engarrafador é mais importante que uma Adega Cooperativa. Mas, a responsabilidade das Adegas Cooperativas e falando da nossa, que é a que conhece melhor são setecentas (700) famílias e vinte e um (21) funcionários que dependem diretamente daquela instituição e chegaram à conclusão que atualmente as Cooperativas são vistas como o “Patinho Feio” da Região Demarcada do Douro. No entanto, a Região Demarcada do Douro foi construída em boa parte pelas Adegas Cooperativas. Para a Casa do Douro são muitos “Galos para o poleiro” e nós nisso não embarcamos. O Presidente atual do IVDP nunca veio à Adega Cooperativa de Murça, apesar de já ter sido convidado por diversas vezes. Em junho tiveram uma reunião com ele, em julho enviaram-lhe uma carta com aviso de receção, precisamente a falar-lhe dos problemas do Douro e dos problemas que nos afetam diretamente e até ao momento não obtivemos resposta, por isso é só para esclarecer, concretamente, o que se passa com as Adegas Cooperativas. Se os viticultores embarcaram por meninos simpáticos que ofereciam muitos e fundos e que agora deixaram de comprar as uvas o problema não é nosso, é de toda a gente, mas não é nosso.” Pediu desculpa pelo desabafo, mas tinha que dizer isto em relação ao Douro, pois estamos incluídos na Região Demarcada do Douro e a nossa área social está na Região Demarcada do Douro.”

- O deputado do PS, André Lage, relativamente aquilo que o senhor Presidente da Câmara referiu sobre o Ministro da Agricultura, espera que passemos das intenções à concretização de medidas, sendo a capacidade do Ministro as impor ao Conselho de Ministros, referindo que se este governo adotar as medidas concretas e necessárias neste domínio, tem todo o nosso valor e reconhecimento, obviamente.

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2023;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que, queria uma explicação do Sr. Presidente da Câmara. Verifica que no último ponto da tabela há mais um contrato de avença, para apoio técnico de gestão

de candidaturas e fundos comunitários. Senhor Presidente, com tantos técnicos na Câmara, não há ninguém capaz de fazer o acompanhamento a candidaturas de fundos comunitários?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu à deputada Paula Catarino que, se se sentissem totalmente capacitados, para isso, não recorriam a esse tipo de serviço. Há técnicos na Câmara que têm experiência e determinadas qualificações, mas achamos que era importante termos um técnico com experiência, que trabalha nisto há muito. Mas muito para além da experiência, nós fomos buscar conhecimento, que não seja da estrita esfera da ITI, da ITI Douro, neste caso nos Instrumentos de Tratamento Integrados do Douro. Até aqui, tem-se gerido um bocadinho as verbas que não estão distribuídas. Mas há outro tipo de apoio que vêm diretamente para toda a comunidade, ou são de fundos nacionais, nos quais nós não temos técnicos com essa experiência e saber. Portanto, aquilo que nós quisemos, foi ter alguém que nos ajude a tratar essencialmente esse tipo de matérias. E também em algumas candidaturas que fizemos, tivemos alguns percalços, que não é aconselhável que se mantenham. Então, o objetivo é esse, nós temos técnicos, mas todos os dias temos a possibilidade de aprender com quem sabe mais que nós, apoiados pelo Técnico agora contratado.

- A deputada do PS, Paula Catarino, concorda, que procuremos sempre o melhor serviço, mas não seria preferível que a Câmara optasse por administrar formação aos técnicos da autarquia, para que, noutras situações, não seja preciso recorrer a este tipo de contratos, porque são contratos precários e, se pudesse ser alguém do quadro, seria melhor. Ficaríamos com formação para novas candidaturas e não teríamos de recorrer a ninguém de fora.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

3 - Proposta N° 31/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Participação em investimentos;
(ao abrigo da alínea j), do n° 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra, para sugerir que se votassem conjuntamente os pontos 3 e 4 e ainda para adiantar o sentido de voto favorável, relativamente aos mesmos.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, cumprimentou todos os presentes e disse que, esta modalidade 70/30 é uma excelente ajuda, para as Juntas de Freguesia e para as suas gentes.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta nº 31/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 - Proposta N° 35/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.
(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta nº 35/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, pediu a palavra para referir que recentemente o “Jornal de Notícias” trazia uma notícia sobre estas votações. Questionou se quem vai usufruir diretamente destes benefícios é legal votar, porque o título dizia: “Milhares de contratos das autarquias em risco de serem anulados”.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, em sua opinião não vê qualquer inconveniente em participarem nas votações, porque tudo que aqui votamos é do interesse de todos e cada um.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, reitera que, a notícia sugeria que a pessoa que iria usufruir diretamente não deveria fazer parte da votação e deveria ausentar-se da sala.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse que, também ele leu a notícia do “Jornal de Notícias”, que a analisou e muito provavelmente é capaz de ter razão. Os proponentes não devem permanecer na sala, na altura da votação.

5 - Empreitada “Remodelação e Ampliação do Antigo Edifício Pré-escolar para Posto da GNR de Murça” – Autorização para repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024 e 2025 e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para os anos económicos – Autorização para cedência de imóvel em regime de comodato à Guarda Nacional Republicana. (no cumprimento da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei 75/2023, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, quanto à cedência em regime de comodato, e nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, no que refere à assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2024 e 2025).

- A deputada do PS, Paula Catarino, fez um reparo na proposta, na página 3, no ponto 5, é mencionado que, considerando que a remuneração mínima mensal garantida (RMMG) se encontra fixada nos 861€, a intervenção da Assembleia Municipal apenas é necessária quando o valor do imóvel, seja superior a 861.000.00€, mas o salário mínimo nacional é de 820€, sugerindo que seja retificado o valor, na proposta.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, registou o reparo e disse que, isto aqui é uma questão meramente técnica.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024 e 2025 e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para os anos económicos, nos termos da informação técnica. Deliberou ainda, por unanimidade, autorizar a cedência do imóvel em regime de comodato à Guarda Nacional Republicana.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

6 – 9ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos);
(conforme disposto na alínea c) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que, este ponto está relacionado com o ponto anterior.

- A deputada do PS, Paula Catarino, sabemos que este ponto, conforme disse o Sr. Presidente da Câmara, está relacionado com o ponto nº 5. E sobre o ponto 5, fiz aquela ressalva, apenas para que fosse corrigido o valor. Agora, entendemos perfeitamente o que é que está aqui em causa e que decorre do anterior, conforme foi dito, mas não podemos deixar passar, já temos feito reparo, inúmeras vezes, da falta de ilegibilidade dos quadros que nos são apresentados. Por mais que me esforce, o último quadro não está de todo ou nada mesmo legível. Não sei o que é que propõe, qual é a rubrica, não se consegue ler nada. Portanto, nesse sentido, e como forma de protesto porque nunca foi tida em consideração a falta de visibilidade dos quadros, nós vamos abster-nos na votação, deste ponto.

- O deputado do PS, Rui Ramos, esclareceu que, nem se conseguem ler em formato papel nem em digital. Agendaram a preparatória para sexta-feira e foi nesse dia que deram conta disso, entretanto, meteu-se o fim-de-semana e não foi possível fazê-lo. Agora, abstêm-se porque é uma forma de protesto, é impossível ler-se e é necessário haver mais cuidado da parte dos serviços, em fazerem chegar os documentos legíveis e em condições de serem lidos.

Votação:	
<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	07
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	15

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos deputados da bancada do Partido Socialista, aprovar a 9ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1º semestre de 2024.
(nos termos do artigo 77º, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

A assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o documento

____//____

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

____//____

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Proposta Nº 31/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Proposta Nº 35/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Empreitada “Remodelação e Ampliação do Antigo Edifício Pré-escolar para Posto da GNR de Murça” - Autorização para repartição de encargos plurianuais para o ano económico de 2024 e 2025 e emissão de autorização prévia para assunção de compromissos para os anos económicos - Autorização para cedência de imóvel em regime de comodato à Guarda Nacional Republicana;

(no cumprimento da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei 75/2023, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, quanto à cedência em regime de comodato, e nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, no que refere à assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2024 e 2025).

6 - 9ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos);

(conforme disposto na alínea c) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1º semestre de 2024.

(nos termos do artigo 77º, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS
(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão, agradecendo a colaboração e a presença de todos.

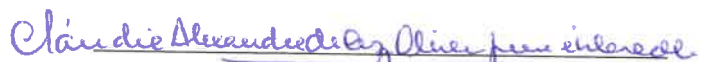
Os trabalhos encerraram às 17:00, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal


(Cláudia Alexandra da Cruz Oliveira Guerra e Vilaverde)

Designação das funções (2)	Nomes dos membros da Assembleia	Hora de entrada
Presidente	Antonio Augusto Ribeiro	/
1º Secretário	Claudio Alexandre C.O.G. e Silveira	/
2º Secretário	Carlos Lopes de Sousa Lomancu	/
Apelo PS	Edvardo Jorge Ribeiro F. Ribeiro	X
" PS	Cecilio Ribeiro da Silva	/
" PS	Audino Filipe Pereira Lage	/
" PS	Reiz de Lomancu Pereira Gomes	/
" PS	Paulo Alexandre Ribeiro Pereira	/
" PS	Adino Miguel Rocha Carvalho	X
" PS	Rui Ferreira Teixeira Ramos	/
" PS	Souza Renata de Castelo Pinto	/
" PS	Tiago Manuel Antonio B. Pereira	/
" PS	Francisco Adriano Ribeiro Rodrigues	/
" PS	Luc Paulo Vaz Nascimento	/
" PS	Guilherme Vaz Nascimento	/
Rep. f.f. Carvalho	Luís Filipe Ribeiro Alves	/
" U.F. Carvalho	João António Fale de Sousa	/
Rep. f.f. Falcão	João Teixeira Falcão	/
" f.f. Falcão	Helene Christine Alves Teixeira	/
" f.f. Falcão	Kelton António Pereira Borges	X
" U.F. Falcão	Carlos Alberto Gomes	/
Rep. f.f. Falcão	Renato Soares dos Santos	/
Rep. Sub. PS	Renato Almeida da Silva Veloso	/
" PS	Antonio José Silva Oliveira	/
Rep. f.f. Falcão	Alexandre Nunes Faria	/
Vereador PS	Luc Paulo Rodrigues Cruz	/
Vereador PS	Yasmin Gomes Pinto	/

(1) - Ordinária ou extraordinária. (2) - Indicar, conforme os casos, Presidente, Secretários ou Vogais, inscrevendo-os por esta ordem, em letra legível, antes de cada sessão ou reunião, sabendo as próprias apenas a assinatura. (3) - Ou nota de falta. (4) - Anotar a justificação e data da e da sessão que a considerou.

Assinaturas dos que compareceram (3)	Horas de saída antes do final	Justificação da falta de comparecimento (4)
Arbino Claudio Ferreira e Silva Claudio Lomancu Carlos Lopes da Silva Adino Miguel Rocha Carvalho Rui Ferreira Teixeira Ramos Paulo Alexandre Ribeiro Renato Miguel Rocha Carvalho Francisco Adriano Ribeiro Rodrigues Luc Paulo Vaz Nascimento Guilherme Vaz Nascimento João António Fale de Sousa Helene Christine Alves Teixeira Carlos Alberto Gomes Renato Soares dos Santos Renato Almeida da Silva Veloso Antonio José Silva Oliveira Alexandre Nunes Faria		(just.)
Arbino Claudio Ferreira e Silva Claudio Lomancu Carlos Lopes da Silva Adino Miguel Rocha Carvalho Rui Ferreira Teixeira Ramos Paulo Alexandre Ribeiro Renato Miguel Rocha Carvalho Francisco Adriano Ribeiro Rodrigues Luc Paulo Vaz Nascimento Guilherme Vaz Nascimento João António Fale de Sousa Helene Christine Alves Teixeira Carlos Alberto Gomes Renato Soares dos Santos Renato Almeida da Silva Veloso Antonio José Silva Oliveira Alexandre Nunes Faria		(just.)
Arbino Claudio Ferreira e Silva Claudio Lomancu Carlos Lopes da Silva Adino Miguel Rocha Carvalho Rui Ferreira Teixeira Ramos Paulo Alexandre Ribeiro Renato Miguel Rocha Carvalho Francisco Adriano Ribeiro Rodrigues Luc Paulo Vaz Nascimento Guilherme Vaz Nascimento João António Fale de Sousa Helene Christine Alves Teixeira Carlos Alberto Gomes Renato Soares dos Santos Renato Almeida da Silva Veloso Antonio José Silva Oliveira Alexandre Nunes Faria		(just.)
Arbino Claudio Ferreira e Silva Claudio Lomancu Carlos Lopes da Silva Adino Miguel Rocha Carvalho Rui Ferreira Teixeira Ramos Paulo Alexandre Ribeiro Renato Miguel Rocha Carvalho Francisco Adriano Ribeiro Rodrigues Luc Paulo Vaz Nascimento Guilherme Vaz Nascimento João António Fale de Sousa Helene Christine Alves Teixeira Carlos Alberto Gomes Renato Soares dos Santos Renato Almeida da Silva Veloso Antonio José Silva Oliveira Alexandre Nunes Faria		(just.)